

O ano de 2014 tem sido marcado pelo anunciado fim da crise económico-financeira que assolou a União Europeia. Entre outras consequências, importa avaliar o impacto da designada “crise do euro” nas dimensões de segurança e defesa, seja ao nível da União Europeia seja dos seus Estados-membros. Neste sentido, e na senda do debate promovido no contexto do Conselho Europeu, realizado em dezembro de 2013, impõe-se repensar o papel da Política Comum de Segurança e Defesa, bem como o futuro da governação europeia em matérias de política externa.

Este debate, que vem sendo desenvolvido no plano académico e público, tem-se centrado, em grande medida, em torno da ideia de desenvolvimento de uma dimensão estratégica europeia. A ela está associada a definição de uma orientação política de cariz global, onde se identifiquem, claramente, objetivos e linhas de ação externa da União. Esta vocação externa global dependerá em parte, no plano da segurança e defesa europeia, da evolução de estratégias colaborativas com outros parceiros, nomeadamente com a NATO e a União Africana. No caso da Aliança Atlântica, pela sua importância no que respeita ao reforço de relações de cooperação no espaço transatlântico, face à evolução do quadro atual de ameaças e à perspectiva de viragem dos EUA para a Ásia Pacífico. No caso da União Africana, pela relevância que as relações de cooperação terão no desenvolvimento de melhores níveis de governação no continente africano e de uma aplicação mais eficaz de “regimes internacionais”, incluindo o de direitos humanos.

No contexto desta reflexão é ainda pertinente analisar o quadro de estratégias de cooperação multilateral da União Europeia. Estas não podem deixar de considerar os novos paradigmas de política externa, de segurança e defesa, acompanhando a evolução de processos, mecanismos e capacidades ao dispor da União na definição das suas políticas sectoriais. Só assim podem ser garantidos os interesses estratégicos da União Europeia e desenvolvida uma eficaz gestão das crises, prevenção dos conflitos e reconstrução dos estados e sociedades a uma escala global.

As consequências do mercado interno único, da livre circulação de bens e pessoas e os efeitos do alargamento sobre as sociedades europeias têm pressionado governos e instituições a refletir sobre o curso do alargamento da União, o futuro do espaço Schengen e as políticas de controlo de fronteiras e de emigração na Europa.

A estes desafios não serão certamente alheios os efeitos decorrentes das designadas “Primaveras Árabes” e o recrudescer da instabilidade no continente africano, com inevitáveis consequências nas relações externas da União, desde logo face àqueles enquadramentos geopolíticos.

No quadro das ameaças à segurança internacional, a pirataria marítima, a ameaça terrorista e os desafios à segurança e sustentabilidade energética são hoje questões de análise prioritária, afetando não apenas a segurança da Europa, mas também a segurança de estados amigos e aliados. A promoção concertada de uma estratégia europeia de segurança marítima, conforme solicitado pelo Conselho Europeu de

dezembro de 2013, pressupõe o aprofundamento da cooperação entre os Estados-membros, assim como entre as diversas agências europeias com competência nesta matéria, bem como o desenvolvimento de uma dimensão de atuação externa que garanta a liberdade de navegação e a proteção das rotas marítimas, ou seja a segurança do comércio global.

Finalmente, uma análise sobre o atual momento da União Europeia, e correspondentes perspectivas de evolução, não pode deixar de considerar os problemas da Europa social. Trata-se, no essencial, de refletir sobre a adequabilidade do modelo de integração vigente, considerando os princípios fundadores do projeto europeu e o desenvolvimento de movimentos de inclusividade e exclusividade no seio da União, expressos no plano político, económico e social.

A análise e interpretação deste vasto leque de questões é o desafio que se coloca aos autores que colaboram no dossiê temático apresentado neste número da *Nação e Defesa*, subordinado ao tema “Reflexões sobre a Europa”. Um debate inquestionavelmente oportuno, que procura contribuir para um conhecimento mais aprofundado do projeto europeu, volvidos doze anos da instituição da Política Externa e de Segurança Comum e uma década do lançamento de uma Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia. O número que agora se publica congrega vários artigos que abordam dimensões distintas da segurança europeia e internacional, constituindo simultaneamente uma oportunidade de reflexão sobre desenvolvimentos recentes e uma análise prospetiva sobre a evolução internacional.

Para além dos contributos incluídos na secção temática, importa salientar os artigos publicados “extra dossiê”, que refletem sobre tópicos tão variados e pertinentes, como as dinâmicas de diversidade nas “revoltas árabes”, o combate à radicalização no extremismo islâmico e as ruturas epistemológicas na cultura aeronáutica resultantes da guerra aérea remota.

Promovendo um debate informado e plural sobre um amplo conjunto de temas relacionados, direta ou indiretamente, com a segurança e defesa europeias, o presente número da *Nação e Defesa* visa, assim, contribuir para a consecução do que se constitui como um dos seus objetivos centrais: constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com a evolução das problemáticas que marcam a evolução do sistema internacional.